



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14120 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES DOCENTES SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE REGULAR DE ENSINO DE SANTA CATARINA

Maria José Lozano - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES DOCENTES SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE REGULAR DE ENSINO DE SANTA CATARINA

RESUMO

A pesquisa que se empreende investiga como vem sendo constituídos, na formação continuada de Santa Catarina, os saberes docentes sobre inclusão dos estudantes público da educação especial. Para tanto, objetiva problematizar os saberes sobre inclusão escolar postos em circulação em cursos de formação continuada oferecidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e Secretaria Estadual de Educação (SED) aos professores que atuam nas classes comuns da Rede regular de ensino, no período de 2012 a 2022. Constitui a materialidade da pesquisa, editais e processos dos cursos ofertados pelas instituições, caracterizando-se como pesquisa documental e de abordagem qualitativa. Ancora-se no entendimento de inclusão à luz da perspectiva foucaultiana de governamentalidade e faz uso do conceito de regime de verdade como ferramenta analítica. Baliza a discussão acerca da formação de professores em autores que discutem a emergência de uma formação em consonância com as demandas atuais. A pesquisa vem constatando carência de formação para professores das salas comuns e que os cursos priorizam os saberes pautados no modelo biomédico de deficiência, em detrimento daqueles necessários para práticas docentes inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Formação Continuada. Inclusão. Governamentalidade.

Desde o final do século XX, movimentos importantes para a inserção das pessoas com deficiência nos contextos sociais foram delineando um cenário mundial mais inclusivo. Um desses movimentos, do qual o Brasil participou, foi a Declaração de Salamanca, firmada em 1994, na Espanha. Desde então, o país tem se tornado signatário de importantes políticas públicas no sentido de delinear um cenário de uma educação inclusiva.

No contexto nacional, foi com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 em 1996, que as políticas públicas educacionais passaram a normatizar a escolarização dos sujeitos com deficiência, objetivando universalizar o acesso e a permanência destes nas escolas regulares. Diversas normativas foram publicizadas nas últimas décadas nesse sentido. Não obstante, ainda hoje, ainda não se efetivaram todos os direitos das pessoas com deficiência, sobretudo o de aprender. Nesse sentido, embora esse público já tivesse o acesso garantido, havia um campo de tensionamentos e lacunas entre o discurso oficial e as práticas excludentes no cotidiano escolar. Esse cenário ficou ainda mais preocupante com o Decreto 10.502/20 que é exemplo atual de declínio, posto que buscou ceifar-lhes o direito à escolarização. Embora tenha sido revogado, não dispensa preocupação, pois além de fragilizar o direito à inclusão na escola comum, reforça o processo de (des) democratização no país e intensifica a precarização da educação como um direito de todos.

Portanto, urgem reflexões nessa esteira repleta de tensionamentos. Em particular, os anseios da autora que a aproximam do tema pesquisado emergem dos espaços de ensino regular de Santa Catarina.

Importa destacar que no processo de buscas para compor a revisão de literatura, não foi encontrado nenhum estudo no Estado de Santa Catarina que tenha se debruçado sobre os saberes acerca da inclusão que circulam nos cursos ofertados na formação continuada para os professores do ensino regular.

É desse percurso e suas lacunas que emerge a questão de pesquisa: Quais saberes sobre inclusão escolar são mobilizados nos cursos ofertados aos professores que atuam na rede regular de Santa Catarina pela Fundação Catarinense de Educação Especial e Secretaria Estadual de Educação?

Destaca-se como objetivo geral da pesquisa: Problematizar os saberes sobre inclusão escolar postos em circulação em cursos de formação continuada oferecidos pela FCEE e SED aos professores que atuam nas classes comuns da Rede regular de ensino, no período de 2012 a 2022. E como objetivos específicos: a) Categorizar os cursos ofertados pela FCEE e SED de acordo com o público-alvo no período de 2012 a 2022; b) Analisar os cursos ofertados aos

professores de sala de aula comum do ensino regular neste período; c) Tensionar os saberes apresentados como conteúdos nos cursos à luz da perspectiva da educação inclusiva fomentada na Política de Educação Especial de Santa Catarina.

Para refletir sobre os fenômenos acerca do tema e seus contornos na contemporaneidade no cenário nacional, instigo-me a uma digressão na pesquisa para percorrer resumidamente a historicização dos fatos que não se deram de forma linear ou progressiva. Esse movimento é crucial para chegar ao conceito que baliza a pesquisa em construção: Trata-se da concepção de in/exclusão que se refere a uma inclusão excludente, ou seja que retrata práticas de exclusão dentro do paradigma de inclusão e que afere a inclusão não como algo natural, mas como um imperativo do nosso tempo, além de poder ser considerada como uma estratégia de governo. Nesse viés, Veiga- Neto e Lopes (2011, p. 125) problematizam

O caráter natural que é atribuído à inclusão, entendendo que as políticas que a promovem, bem como os usos da palavra inclusão em circulação, afinam-se tanto com a lógica do binário moderno inclusão x exclusão quanto com a lógica contemporânea em que a inclusão funde-se com a exclusão. É em decorrência de tal fusão que, de uns anos para cá, temos grafado in/exclusão.

De todo modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), circunscreve à educação a responsabilidade de dirimir as tensões entre os direitos estabelecidos e a garantia dessas prerrogativas nas escolares. Nada obstante, a partir da extinção das habilitações dos Cursos de Pedagogia, inclusive aquelas responsáveis pela formação dos professores para atenderem os alunos considerados com deficiência, Michels (2001, p. 25) salienta que de acordo com “a PNEEPEI, a formação dos professores pode se dar por intermédio da formação continuada”, mas não há, no entanto, “qualquer indicativo de necessidade da formação dos professores regentes de classe que possuem em suas salas alunos considerados com deficiência”. Discutir o papel da formação continuada de professores, é, portanto, muito importante.

Santa Catarina é referência no que concerne à Educação Especial. A FCEE é a primeira instituição pública estadual do Brasil responsável pela definição e coordenação de políticas de Educação Especial. Cabe a essa instituição

[...] A capacitação de recursos humanos com vistas ao aperfeiçoamento constante dos profissionais que atuam nos serviços especializados disponibilizados nas instituições parceiras e nas escolas da rede regular de ensino. (SANTA CATARINA, 2022)

FCEE e SED assumem juntas a incumbência de formação continuada dos profissionais da Rede Estadual de Santa Catarina, e, portanto, constituem o *lôcus* da pesquisa. Delas foram extraídos os editais e os processos dos cursos ofertados por ambas, no período de 2012 a 2022, totalizando 495 documentos, sendo 332 vinculados à FCEE e 150 à SED. Destes, são analisados 196 documentos que

contemplam o professor do ensino regular como público-alvo do curso, sendo 108 da FCEE e 88 da SED, constituindo-se como materialidade da pesquisa.

Nessas análises, a pesquisa problematiza os saberes sobre a inclusão postos em circulação nos cursos, sob a ótica da teorização foucaultiana. Nessa direção, tomo a conceituação de governamentalidade do autor para transversalizar as discussões travadas no estudo que se empreende, entendendo-a como uma grade de inteligibilidade que auxilia no exercício de problematizar como os enunciados presentes nos documentos e suas inferências, podem produzir efeitos na constituição dos saberes docentes inclusivos ou excludentes.

Para as análises, busquei excertos dos conteúdos programáticos dos cursos selecionados, elucidando quais saberes sobre inclusão foram mobilizados. E, nessa tessitura, algumas recorrências levaram à definição das categorias analíticas da pesquisa. Constatei que diversos cursos mobilizam saberes de diferentes ordens: da ordem dos conceitos (sobre deficiências, síndromes, transtornos) - Saberes Conceituais; Da ordem das ações, voltados à prática na escola – Saberes Procedimentais; Da ordem das atitudes, ou seja, dos valores perante o público da educação especial – Saberes Atitudinais; Da ordem normativa, sobre a legislação acerca da inclusão – Saberes Normativos.

As recorrências mostram que a maioria dos saberes explorados nos cursos são da ordem dos Saberes Conceituais. A escolha dessas temáticas nos cursos dos quais os professores de sala de aula comum participam nos provoca possibilidades de tensionar a prioridade dos saberes clínicos em detrimento dos saberes docentes para a inclusão. É possível constatar, desse modo, que os cursos ainda se apoiam no modelo biomédico de deficiência e, portanto, reforçam as limitações dessas pessoas, em vez de objetivar o aprimoramento dos seus processos de escolarização e aprendizagem. À luz de Foucault, são “os enunciados dentro de cada discurso que marcam, sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade.” LAVERGNE (2000, p. 301). Assim, os discursos fomentados como saberes nos cursos podem construir novos regimes de verdade dentro do campo educacional, além de enaltecer ou enfraquecer os que já circulam neste campo.

REFERÊNCIAS

LAVERGE, R.F. A Vontade de Incluir. Regime de Verdade, Recomposição das práticas e estratégias de apropriação a partir de um dispositivo de inclusão escolar em Fortaleza. Tese. Universidade Federal do Ceará, 2009

MICHELS, M. H. (org.) A Formação de Professores de Educação Especial.

Florianópolis: UFSC, 2017.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. FCEE. Programa Pedagógico. São José, SC: 2009.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M.C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. Verve, 20, 2011.